

Plano Comunitário de Urbanização e de Preservação do Maciço Central de Florianópolis

Área Temática de Meio Ambiente

Resumo

Por solicitação do Fórum das Comunidades do Maciço Central do Morro da Cruz, em Florianópolis, o Laboratório de Análise Ambiental-LAAm e o Núcleo de História, Cultura e Desenho da Cidade-CIDADHIS implementaram o Plano Comunitário de Urbanização e de Preservação do Maciço Central de Florianópolis, com o objetivo de assessorar a Comissão de Meio Ambiente do Maciço, especialmente quanto às melhorias na urbanização e infraestrutura dessas comunidades, com preservação ambiental. Um trabalho em dois ritmos combina procedimentos imediatos e a proposição futura de um Plano, compreendendo-se que processo e produto estão intimamente relacionados quando se trata de planejamento comunitário. Diversos diagnósticos complementares, trabalhos de educação ambiental, oficinas de desenhos e arte, fazem parte do trabalho sistemático entre UFSC e comunidade local, visando estabelecer um diálogo constante para a elaboração consciente de um Plano Comunitário. Esta aproximação entre ciências parcelares e convívio amplia o conhecimento da população local, sua caracterização, suas necessidades imediatas e permanentes, a análise de suas condições de vida, de moradia e das relações que estabelece com o bairro e a cidade. O trabalho desenvolvido entre universidade e população excluída visa, também, a construção de saber inovador, aceitando o desafio de, a partir da síntese das diferentes disciplinas com o saber das populações, compor um Plano Comunitário que combine qualidade urbana com preservação ambiental.

Autores

Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe

Profa. Dra. Margareth de Castro Afeche Pimenta

Prof. M.Sc. Luís Fugazzola Pimenta

Profa. M.Sc. Maria Dolores Buss

Bolsista de Extensão DAEX-PRCE-UFSC Marina Toneli Siqueira.

Instituição

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Palavras-chave: meio ambiente; pobreza urbana; Florianópolis.

Introdução e objetivo

O Maciço Central de Florianópolis abrange um conjunto de morros, situado entre a ponta insular de ligação centro-continente e os atuais bairros residenciais de classe média e alta, no seio da área de maior centralidade (LEFEBVRE, 1970) da Ilha de Santa Catarina. A tradicional praça histórica da colonização portuguesa, abrigando a igreja matriz e a administração municipal, compõe-se aqui, de forma contígua, com as funções de mercado e porto, no local de mais fácil ligação entre ilha-continente. O crescimento da cidade, ladeando os morros pelas bordas marítimas até ocupar a baixada central, acaba constituindo os bairros residenciais de classe média e alta, acentuando a centralidade original geográfica e urbana. A densidade dos serviços urbanos ali oferecidos contrapõe-se à ocupação dispersa das praias da

ilha - com formato estreito e alongado no sentido norte-sul – que define focos de ocupação sazonal, vinculados sobretudo ao setor turístico. (PIMENTA; PIMENTA, 2003)

A área constituída pela cadeia de morros, denominada Maciço Central tem uma história de ocupação bastante antiga, abrigando inicialmente, em princípios do século passado, escravos libertos. Sucessivos processos de segregação social levaram à lenta ocupação das cotas mais baixas, partindo de diferentes pontos da base e penetrando, transversalmente, as curvas de nível. No entanto, a aceleração da pobreza rural e urbana das últimas décadas vem promovendo a rápida cobertura ocupacional dos topos dos morros centrais. Aos novos migrantes ficaram destinadas as áreas mais íngremes e de difícil acesso, acarretando baixa qualidade de vida e riscos de deslizamentos, que são agravados pela baixa qualidade construtiva das moradias. (PIMENTA; PIMENTA, 2002 a)

A legislação urbanística considerava, em meados da década de 80, o Maciço Central como área de preservação permanente, estabelecendo o limite da ocupação dos morros na cota 100, logo ultrapassada pela vontade da classe dominante de apropriar-se da vista panorâmica e da localização privilegiada. Abandonado este critério, nova delimitação da preservação restringe-se à cobertura vegetal dos topos dos morros e às áreas de baixa renda, onde a Administração atual impede a extensão dos serviços de água e eletricidade, assim como estimula o corte dos “gatos” de água, puxados das estações televisivas que ocupam (legalmente?) o alto dos morros. Servindo-se da legislação urbanística, o próprio poder municipal estabelece a dualidade dos critérios de ocupação, condizente com a lógica especulativa de projeto futuro, de difícil percepção pelas populações residentes. (PIMENTA; PIMENTA, 2002b)

As grandes propriedades de terras não ocupadas no maciço deixam transparecer os interesses turísticos de grandes grupos catarinenses, condizentes com as características paisagísticas e locais da área. Assim, a legislação urbanística e a própria ocupação precária – formando uma frente de penetração - acabam por coincidir com o tempo de pousio e o projeto futuro de renovação urbana. A questão ambiental fica, assim, submetida aos movimentos cíclicos de expansão e retração do capital imobiliário, submetendo a razão técnica a desígnios políticos. Sucessivas administrações públicas estabelecem ações pontuais de propaganda ambiental ou assistencialista, mas se recusam a admitir, em nome da preservação, a própria existência da população na área. A posição do poder público explicita-se quando, em nome da institucionalidade, considera como inexistente a ocupação local, atribuindo-se o poder de proceder, assim, a uma triagem entre aqueles habitantes da cidade que devem ou não ser reconhecidos como portadores de direitos. (HARVEY,1980)

As diferentes associações que representam os moradores do maciço uniram-se, então, no Fórum das Comunidades do Maciço Central do Morro da Cruz, no sentido de poderem reivindicar, de forma conjunta, a melhoria das condições de vida urbana. A ocupação intensiva dos morros na área central pode acarretar consequências perversas tanto para os habitantes locais, quanto para os bairros circundantes, provocando riscos ambientais (deslizamentos, enxurradas, inundações, descaracterização da paisagem...) ou mesmo problemas de relacionamento social.

Por solicitação da Comissão de Meio Ambiente do Fórum , o Laboratório de Análise Ambiental -LAAM e o Núcleo de História, Cultura e Desenho das Cidades – CIDADHIS, da UFSC, estão colaborando na elaboração de um Plano Comunitário de Urbanização e de Preservação para a área, numa realização conjunta entre Universidade e Comunidade Local.

Aponta-se, já, a necessidade de consolidar algumas áreas de ocupação importantes para a identidade comunitária, mas também, de propor a remoção em áreas de risco ou de efetiva preservação, ou seja, o estabelecimento de normas e limites ao processo de uso e adensamento do solo. A ocupação intensiva conspira contra as condições de vida no local, quer seja pelo elevado adensamento da área – inibindo os espaços coletivos e as áreas livres -,

quer seja pela precariedade das instalações locais e residenciais. Neste sentido, deve-se atentar para a delimitação de áreas de preservação e de uso público, fundamentais para a qualidade ambiental e o exercício da vida urbana. (GOTTDIENER, 1993)

Devido às particularidades do local e o respeito à população residente, o plano a ser elaborado deve levar em conta as características culturais da população, seus desejos e suas formas associativas. O desafio neste momento é saber adaptar um conhecimento erudito universalmente acumulado às particularidades e aos anseios da comunidade local. Além dos levantamentos geológicos, geomorfológico e de áreas de risco, já em estágio avançado de execução, a proposta deste trabalho é realizar diversos diagnósticos parciais, coincidentes com áreas de atuação das associações locais, desenvolvendo, assim, uma análise conjunta da área onde vivem. A partir desses trabalhos parciais, será realizada a proposição de um plano conjunto, pois existem definições que extrapolam os diversos fragmentos da área, como, por exemplo, as vias de acesso, o transporte, as áreas de preservação, as áreas públicas etc. O trabalho desenvolvido entre universidade e população excluída visa elaborar um plano de ocupação que, não somente parta das necessidades e do posicionamento dos moradores, mas agregue um saber inovador, aceitando o desafio de, a partir da síntese das diferentes ciências parcelares, propor um Plano Comunitário que combine qualidade urbana com preservação ambiental.

Metodologia.

Um plano comunitário tem sua importância não somente pelo objetivo final estabelecido, mas também, pelo próprio processo de integração entre Universidade e Comunidade, pela interferência positiva entre saber popular e erudito e pela possibilidade da construção de alternativas tipicamente locais, calcadas nas particularidades da cultura e da sociedade brasileiras.

A metodologia utilizada consiste em trabalhar juntamente com a população local, visando poder elaborar um Plano Comunitário de Urbanização e Preservação do Maciço Central de Florianópolis. O andamento do trabalho combina, então, dois ritmos: o desenvolvimento de trabalhos parciais com resultados imediatos e um plano de longo prazo. Ambos foram concebidos como forma de associar o resultado final e o processo, ou seja, a partir da formação da compreensão pela população do trabalho que vem sendo realizado para que possa, realmente, opinar de maneira consciente.

Assim, alguns diagnósticos foram e continuarão sendo realizados, onde a participação da população se faz presente. Entre estes podemos citar:

Levantamento das condições ambientais gerais do Maciço. Refere-se a um primeiro levantamento, realizado através de entrevistas abertas efetuadas pelos alunos da disciplina “Análise da Qualidade Ambiental” do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC e coordenado pelo LAAM. Foram entrevistados 1 líder comunitário, 1 morador antigo, 1 morador recente e 1 morador jovem, em cada uma das 10 principais localidades, e os resultados foram analisados tendo em vista os aspectos Lixo e Saneamento; Habitação e Transporte; Ocupação e Lazer; Áreas de Risco e Áreas de Preservação; e Organização Comunitária e Educação Ambiental. (SCHEIBE & BUSS, 2002)

Diagnóstico-sócio-espacial do Maciço Central de Florianópolis. Consiste num diagnóstico detalhado das áreas de ocupação mais recente, desde a caracterização da população (idade, renda, escolaridade, constituição familiar,...), processo de ocupação, condições habitacionais, infra-estrutura urbana, serviços, acessibilidade, até a relação que estabelece com o bairro e com a cidade. Este trabalho, coordenado pelo Núcleo CIDADHIS, é realizado pelos estudantes de graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, conjuntamente com os alunos da Escola Básica Lúcia do Livramento Mayvorne, a única localizada no próprio Maciço. Os estudantes, do ensino básico e da Universidade,

participaram da elaboração e da aplicação dos questionários. A tabulação e a análise dos resultados foram feitas pelo Núcleo CIDADHIS-UFSC.

Alguns diagnósticos parciais foram realizados a partir de um roteiro elaborado anteriormente, mas foi e continuará sendo privilegiada a espontaneidade do relato histórico e atual. Depois da elaboração de um primeiro questionário, foram sendo feitas adaptações e aprimoramentos sucessivos, visando compreender a complexidade da realidade a ser estudada. O Diagnóstico Sócio-Ambiental realizou-se em alguns semestres consecutivos com turmas universitárias diferentes e foi sendo aprimorado sob a coordenação da equipe de pesquisadores permanentes.

Os resultados desses diagnósticos foram apresentados, na forma de painéis, em um Seminário do Fórum das comunidades do Maciço Central do Morro da Cruz, realizado em dezembro de 2001, no morro do Mont'Serrat, em Florianópolis, com a presença de moradores das comunidades estudadas. Foram apresentados em outras ocasiões em reuniões das comunidades locais, assim como em oficina no Fórum Social Mundial (2002 e 2003). Um Seminário na UFSC, organizado pela equipe, visou aproximar todos as pesquisas e os trabalhos que pudessem estar sendo desenvolvidos no local (cf. www.cfh.ufsc.br/~laam/macico).

Além dos diagnósticos e da participação nas reuniões periódicas do Fórum do Maciço Central, alguns trabalhos vêm sendo realizados, visando à educação ambiental da população, mas também, suscitar, a partir do convívio e da expressão artística, a discussão do local onde a população está inserida (BUSS et alii, 2003). Em 2003, foi realizada, assim, a 1ª Mostra Ambiental do Maciço na Assembléia Legislativa de SC, como resultado dos trabalhos realizados pelos estudantes moradores dos morros centrais. As escolas básicas que circundam o Morro engajaram-se neste processo e as apresentações contemplaram um amplo espectro artístico (dança, música, teatro, desenhos)

Desenvolve-se, também, um trabalho constante iniciado em 2000 e que percorre sucessivos semestres, composto de oficinas de arte, desenho e argila que são preparadas anteriormente pelo CIDADHIS e que congregam estudantes do Curso de Arquitetura e Urbanismo e alunos da Escola Básica Lúcia do Livramento Mayvorne. A UFSC passou a fazer parte dos trabalhos dessa Escola, de forma sistemática. Um elo de confiança e amizade permite analisar a realidade além da frieza dos dados numéricos, muitas vezes, enganosos.

Além das entrevistas e das oficinas, a participação em eventos coletivos torna-se fundamental para o desenho dos lugares. Trata-se de participar e incentivar as festas e celebrações locais (como já vínhamos fazendo), no sentido de poder melhor conhecer hábitos e atitudes, visando aproximar o futuro desenho urbano proposto - entendido enquanto elemento de organização e de representação - ao espírito do lugar, ou seja à linguagem e às expectativas locais.

Resultados e discussão.

Área de migração recente, o Alto da Caieira no Maciço Central de Florianópolis recebe, principalmente, população do interior do Estado de Santa Catarina (67,74%), partindo, em sua maioria, do Planalto e do Oeste Catarinenses. Vieram a Florianópolis, estabelecendo-se ali, junto à área central em busca de melhores oportunidades de emprego (54,95%). A população do Alto da Caieira constitui-se por famílias de migrantes que possuem filhos em idade escolar (30,11%) e pré-escolar (20,97%), o que deveria tornar o ensino uma preocupação fundamental das autoridades municipais e estaduais. Entre os menores de 7 anos, 2,56% estão em creches, 10,26% em pré-escolar e 5,13% já fazem a 1ª série (mais de 80% sem atendimento pré-escolar!). Entre os jovens e crianças em idade escolar, também, apenas 68,75% freqüentam a escola. Com poucas exceções, os que estudam têm a idade condizente com o ano escolar. No 1º grau-I, 83,67% dos alunos têm entre 6 e 11 anos e somente 16,33%

têm entre 11 a 15 anos. O mesmo acontece com o 1º grau-II, que repete, praticamente, os mesmos índices. A escolaridade dos adultos é surpreendentemente baixa. Um terço dos moradores não completou a 1ª fase do 1º grau e 13,29% concluiu somente essa fase. A maior parte dos empregos é instável e temporário, o que condiz com o baixo nível de renda familiar e per capita. (TAVARES, 1999)

Uma primeira avaliação da renda familiar mostra que 9,68% dos entrevistados que responderam recebem até R\$ 200 mensais, ou seja, têm menos que um salário mínimo como renda familiar. Abaixo de R\$ 500,00 mensais por família encontram-se 37,64% da população residente. Como as famílias são, em geral, numerosas, a renda per capita passa a ser insignificante. Quase 50% da população vivem com menos de R\$ 100,00 por pessoa.

As habitações evoluem com o tempo e os recursos familiares, iniciando-se por um pequeno módulo multifuncional de madeira, outros sendo acrescentados em etapas posteriores. O banheiro, a princípio externo, é, em geral, a última peça a ser incorporada no interior da residência. O esgoto a céu aberto constitui um fator de risco sanitário evidente. A maior parte possui, no entanto, fossa séptica ou fossa negra.

Habitando em área de preservação permanente, os moradores do Alto da Caieira não têm acesso ao abastecimento público de água, utilizando “gatos” da rede utilizada pelas estações televisivas, ou a água de cacimbas poluídas do maciço. A Prefeitura impede que seja instalada a rede elétrica para os moradores mais recentes, agravando as condições de vida no local.

Apesar do avanço representado pelas linhas de ônibus nos morros, em muitas comunidades localizadas nas cotas superiores não há transporte coletivo nem vias que possibilitem o acesso de carros, ou das viaturas de bombeiros, polícia ou ambulâncias. As escadarias existentes vão se estreitando para o alto, e, sem qualquer pavimentação, transformam-se em perigosas armadilhas para os pedestres, em especial nos dias chuvosos. A dificuldade de acesso necessita ser superada através de soluções alternativas (de que os bondinhos a cremalheira de Valparaíso, Chile, seriam um exemplo), facilitando a integração dos moradores à cidade. Uma solução de transporte poderia também viabilizar atividades de turismo e lazer, para os demais habitantes de Florianópolis e para os visitantes da cidade, considerando as possibilidades oferecidas pelos aspectos paisagísticos, ecológicos (com trilhas pela mata nativa) e culturais (escolas de samba, gastronomia) da área do Maciço.

Quanto às áreas de risco e áreas de preservação, observa-se que a ocupação no Maciço Central de Florianópolis implicou em desflorestamento e intervenções no relevo. Esses eventos, somados aos processos naturais, acentuaram as áreas de risco, potencializando problemas ambientais como desmoronamento de encostas, rolamento de blocos, enxurradas, colocando em risco a vida dos próprios moradores. Nas entrevistas, verificou-se que os próprios moradores têm consciência desses problemas, mas as condições financeiras e a proximidade dos serviços urbanos oferecidos pelo centro da cidade os levam a ocupar as encostas do morro, assumindo em consequência os ônus de uma segregação sócio-espacial que acaba por provocar duras restrições à sua qualidade de vida, tanto do ponto de vista das condições físicas – dificuldades de acesso, risco de acidentes naturais, convívio com enxurradas, esgotos a céu aberto, lixo - quanto do ponto de vista social, em função das dificuldades de emprego e da difícil convivência com o narcotráfico.

Por isso a ênfase também na idéia de preservação, junto com a de urbanização, nas discussões que vêm sendo mantidas entre a Comissão de Meio Ambiente do Fórum e os professores e alunos envolvidos no projeto de pesquisa/extensão em andamento.

De modo geral, contudo, as manifestações dos entrevistados demonstram que há grande carência de opções de lazer para crianças e jovens devido, principalmente, à falta de espaço físico no morro e à persistente recusa, pelos poderes públicos, em realizar

investimentos nessas áreas “irregulares”. São encontradas alternativas de lazer nos colégios de bairros próximos, no centro da cidade, shopping e praças públicas.

Apesar de Florianópolis não se enquadrar ainda como uma das grandes metrópoles brasileiras, a dinâmica da cidade, com uma classe média afluyente, muitos estudantes, e com intenso fluxo de turistas, especialmente no verão, e a caracterização da área do Maciço como de ocupação “irregular”, com dificuldades de acesso e total abandono pelos órgãos oficiais, inclusive os responsáveis pela segurança pública, faz com que ali se concentre a parte mais visível do narcotráfico na cidade, com quase total domínio de determinados territórios por grupos de traficantes. A situação de insegurança geral e o envolvimento, direto ou indireto, de muitos jovens com essa atividade leva em alguns casos a manifestações extremamente duras sobre a realidade da vida – e da morte – no maciço. Neste quadro, avulta ainda mais a importância da organização comunitária e da educação ambiental, desde que entendida como uma preparação para a cidadania, no sentido do exercício pleno dos direitos e deveres inerentes à condição de membro da sociedade, sem qualquer tipo de exclusão.

Assim, embora as entrevistas realizadas com lideranças, moradores antigos, novos moradores e adolescentes tenham demonstrado em muitos casos a necessidade de uma maior mobilização em torno dos Conselhos Comunitários, e que a ação de vários desses conselhos tem sido voltada quase exclusivamente para a obtenção de melhorias nos caminhos e no saneamento básico, a existência do Fórum já produziu resultados significativos. Os moradores acreditam também que o trabalho de educação ambiental realizado nas escolas pode vir a servir de instrumento de conscientização e conservação do ambiente e melhoria da qualidade de vida.

Conclusões.

Existem processos diferenciados de ocupação do Maciço Central de Florianópolis que se distinguem, principalmente, de acordo com o período em que foram sendo deslocadas as populações para o local. A década de 90 representou o grande processo de expansão das ocupações do Morro e o alastramento das populações tanto carentes como de classe média que se distribuem desigualmente, mas que encontram pontos de contato. O aumento da pobreza rural e o rebaixamento da renda das classes médias urbanas são responsáveis pelos movimentos dessas populações em direção ao topo dos morros centrais. A elevação especulativa do preço do solo urbano e a ausência de políticas públicas completam o quadro propulsor de ocupações irregulares, cada vez mais de alto risco.

A expansão recente coincide com o aumento da marginalidade e o combate ao tráfico tem se intensificado sem, no entanto, diminuir o número de assassinatos de jovens, sobretudo do sexo masculino, ou evitar o aumento da violência urbana em geral. Florianópolis apresentou em 2003 o maior número de mortes violentas per capita do país.

O levantamento realizado apontou, além da segurança, o lixo, o saneamento básico (abastecimento d’água e esgoto) e o transporte (ônibus) como as questões mais visíveis para os moradores em geral, apesar da grande probabilidade de agravamento das condições de vida, decorrente das habitações em áreas de risco e/ou de preservação permanente.

A segurança dos moradores do Alto da Caieira constitui, certamente, uma questão central, sobretudo, porque dificulta seu próprio processo de organização para enfrentar suas carências.

A falta de espaços de lazer, próximos aos domicílios, é apontada como coadjuvante para a facilidade de recrutamento dos jovens para atividades ligadas ao narcotráfico, cuja forte presença em todo o maciço, embora sentida, nem sempre é ressaltada nas falas das pessoas, à exceção de alguns jovens e de vários líderes comunitários.

Essa falta de espaços de lazer para as crianças faz com que fiquem restritas à área minúscula dos lotes, disputando espaço muitas vezes com o lixo dos terrenos e mesmo o

esgotamento das águas servidas. Os jovens quase nunca se deslocam do Morro para as atividades de lazer, que são supridas por pequenas reuniões noturnas nos bares locais. Poucos serviços locais restringem-se a bares precários, uma única Escola Básica, algumas igrejas de religiões diferentes, algumas creches municipais e outras informais, e um campinho de futebol, improvisado e utilizado numa área de posse. O Mont'Serrat e o Alto da Caieira, áreas contíguas próximas ao centro urbano concentram grande parte da população negra de Florianópolis, que possuem características culturais particulares. A vida comunitária está relacionada em parte às atividades religiosas (desde batismo, festas religiosas até os enterros), mas, também, à vida da Escola de Samba. Por se tratar de população segregada, seus laços estão muito vinculados ao espaço local, o que deve ser considerado no Plano Comunitário.

Para os participantes do trabalho, permanece o desejo de contribuir para o desvelamento e para a mudança dessas duras realidades, e o projeto deve continuar, pois "O desejo é uma coisa muito potente, porque o desejo está muito ligado ao sonho, à utopia, às questões da vida, e a vida, a vida a partir do labirinto, é uma vida que se expressa com muita força." (Pe. Vilson Groh, in GROH, 2002).

Referências bibliográficas

- BUSS, Maria Dolores, et alii. A pesquisa num projeto de extensão: o Plano comunitário de urbanização e preservação do Maciço Central de Florianópolis. In: Anais do V Encontro Nacional da ANPEGE, Gestão do Território e do Ambiente no Brasil: Desafios à formação e à pesquisa em geografia no ensino superior, Florianópolis, 2003, p.871-879.
- GOTTDIENER, Mark. A Produção Social do Espaço Urbano. São Paulo:USP, 1993.
- HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec,1980.
- LEFEBVRE, Henri. La Révolution Urbaine. Paris: Idées, Gallimard, 1970.
- PIMENTA, Luís Fugazzola; PIMENTA, Margareth C.A. Políticas públicas e segregação sócio-espacial: o caso do Maciço Central em Florianópolis. In: Anais do Encontro Nacional da ABEP, Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Violências, O Estado e a Qualidade de Vida das Populações Brasileiras. Ouro Preto, 2002a, cd-rom.
- PIMENTA, Luís Fugazzola; PIMENTA, Margareth C.A. Exclusão política e segregação sócio-espacial: o caso do Maciço Central de Florianópolis. In: Seminário Nacional de Impactos Sócio-Ambientais Urbanos: Desafios e Soluções, I, Curitiba, 2002b, p.1162-1171.
- PIMENTA, Luís Fugazzola; PIMENTA, Margareth C.A. Migrantes da pobreza. Políticas públicas e inserção precária em Florianópolis – SC. In: Anais do V Encontro Nacional da Anpege, Gestão do Território e do Ambiente no Brasil: Desafios à formação e à pesquisa em geografia no ensino superior, Florianópolis, 2003, p.3336-3345.
- SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: os dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. RJ: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.
- SCHEIBE, Luiz Fernando; BUSS, Maria Dolores. Fórum das Comunidades do Maciço Central de Florianópolis: Comissão de Meio Ambiente e a percepção de moradores. In: Anais do Seminário Nacional de Impactos Sócio-Ambientais Urbanos - I: Desafios e Soluções, Curitiba, 19-22/06/2002, p. 1140-1150.
- TAVARES, M. da Conceição. Destruição não-criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada. Rio de Janeiro. Record, 1999.